



CLIPPING INTERNET
24/08/2019 ATÉ 24/08/2019



INDÍCE

1	ASSESSORIA	
	1.1 SITE MARANHÃO HOJE.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	2
	2.2 SITE MARANHÃO HOJE.....	3
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	4
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG PAULO ROBERTO.....	5
	4.2 BLOG REPÓRTER TEMPO.....	6
	4.3 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	7
	4.4 SITE O PROGRESSO.....	8
5	POSSE	
	5.1 BLOG IRMÃO INALDO.....	9
	5.2 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	10
6	PRESIDÊNCIA	
	6.1 BLOG CARLINHOS FILHO.....	11
	6.2 BLOG DIEGO EMIR.....	12

Deputado Fábio Macedo promove divulgação do Dia Estadual de Combate à Depressão

Fábio Macedo reunido com o Presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim e o Desembargador Kleber Carvalho.

O deputado Estadual Fábio Macedo realizou visitas de cortesia aos poderes executivo e judiciário do Estado, onde levou alguns kits sobre o Dia Estadual de Combate à Depressão e também discutiu os projetos de sua autoria, que agora são leis e tratam da saúde mental dos maranhenses.

"Tivemos encontros muito proveitosos tanto no poder judiciário, quanto no executivo, onde além de levar nossos kits e divulgar o Dia de Combate à Depressão, estabelecemos diálogos importantes, com objetivo de buscar parcerias e engajamento dos Poderes do Maranhão para esta causa tão importante", disse Fábio.

A doença afeta pessoas de todas as idades e estilos de vida, causa angústia e interfere na capacidade do paciente fazer até mesmo as tarefas mais simples do dia a dia. No pior dos casos, a depressão pode levar ao suicídio. "Os cidadãos acometidos pela doença nem sempre conseguem perceber que padecem de um distúrbio e são, em muitos casos, discriminados pela incompreensão a respeito do próprio mal e seus sintomas", assinala o deputado.

Nos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão, foi recebido pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), Cleones Cunha e também pelo Presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim. Nas duas visitas, estava acompanhado do Desembargador Kleber Carvalho. No Palácio dos Leões, se reuniu com o secretário de Governo Diego Galdino, a secretária de Planejamento Cíntia Mota e o deputado federal Márcio Jerry. Na ocasião conversaram sobre a forma como será estabelecido o Programa de Auxílio à Pessoas com Depressão e a Política Estadual de Atenção a homens e mulheres com dependência alcoólica.

Fábio Macedo realiza divulgação do Dia Estadual de Combate a Depressão

24 de agosto de 2019 : 08:43

O deputado Estadual Fábio Macedo realizou visitas de cortesia aos poderes executivo e judiciário do Estado, onde levou alguns kits sobre o Dia Estadual de Combate à Depressão e também discutiu os projetos de de sua autoria, que agora são leis e tratam da saúde mental dos maranhenses.

Nós órgãos do Poder Judiciário do Maranhão, foi recebido pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA), Cleones Cunha e também pelo Presidente do Tribunal de Justiça, José Joaquim. Nas duas visitas, estava acompanhado do Desembargador Kleber Carvalho. No Palácio dos Leões, se reuniu com o secretário de Governo Diego Galdino, a secretária de Planejamento Cíntia Mota e o deputado federal Márcio Jerry. Na ocasião conversaram sobre a forma como será estabelecido o Programa de Auxílio à Pessoas com Depressão e a Política Estadual de Atenção a homens e mulheres com dependência alcoólica.

“Tivemos encontros muito proveitosos tanto no poder judiciário, quanto no executivo, onde além de levar nossos kits e divulgar o Dia de Combate à Depressão, estabelecemos diálogos importantes, com objetivo de buscar parcerias e engajamento dos Poderes do Maranhão para esta causa tão importante que trata da saúde mental do maranhense”, disse Fábio.

Cajueiro: Governo emite nota sobre ocupação na Sedihpop

Publicado em 24 de agosto de 2019 por gilbertoleda

Nota oficial

A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop) informa que o secretário Francisco Gonçalves recebeu, nesta sexta-feira (28), um grupo de lideranças da comunidade Cajueiro. Porém, o grupo anunciou que só dialogaria caso as obras do Porto São Luís fossem imediatamente interrompidas.

Os representantes da comunidade foram informados que as obras são um empreendimento privado e que a Secretaria não tem poder para tal ato. Desta forma, o grupo foi orientado a recorrer junto à Justiça, como prevê a Lei e é de conhecimento dos advogados da liderança comunitária.

Comarca de Caxias tem novo juiz

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, deu posse, nesta sexta-feira (23), em seu gabinete, ao juiz Edmílson da Costa Lima (titular da comarca de Brejo).

O magistrado foi removido pelo critério de merecimento para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, ambas de entrância intermediária. Após assinar o Termo de Compromisso e Posse, lido pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, o desembargador Joaquim Figueiredo parabenizou o magistrado, ressaltando sempre o melhor atendimento ao jurisdicionado.

Participaram da cerimônia de posse os juízes auxiliares da Presidência do TJMA Cristiano Simas e André Bogéa.

CARREIRA - Edmílson da Costa Lima ingressou na magistratura em 2006, como juiz substituto. Foi titularizado em 2008 na comarca de São Domingos do Azeitão.

No mesmo ano foi removido para a de Matões. Em 2010 foi promovido para a de Balsas. Em 2013 fez permuta para a comarca de Tuntum e em 2017 foi removido para a comarca de Brejo onde até então vinha atuando.

“Com certeza teremos muita demanda processual e esperamos prestar um bom serviço para a sociedade, mantendo um padrão, tentando sempre melhorar e diminuir a morosidade judiciária”, conclui Edmílson.

A remoção, pelo critério de merecimento, na entrância intermediária, foi aprovada na Sessão Plenária Administrativa do dia 21 de agosto do corrente ano.

Comarca de Caxias tem novo juíza

23/08/2019 00:00:00

A solenidade de posse ocorreu no Gabinete da Presidência do TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, deu posse, nesta sexta-feira (23), em seu gabinete, ao juiz Edmilson da Costa Lima (titular da comarca de Brejo).

O magistrado foi removido pelo critério de merecimento para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Caxias, ambas de entrância intermediária. Após assinar o Termo de Compromisso e Posse, lido pelo diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, o desembargador Joaquim Figueiredo parabenizou o magistrado, ressaltando sempre o melhor atendimento ao jurisdicionado.

Participaram da cerimônia de posse os juízes auxiliares da Presidência do TJMA Cristiano Simas e André Bogéa.

CARREIRA - Edmilson da Costa Lima ingressou na magistratura em 2006, como juiz substituto. Foi titularizado em 2008 na comarca de São Domingos do Azeitão.

No mesmo ano foi removido para a de Matões. Em 2010 foi promovido para a de Balsas. Em 2013 fez permuta para a comarca de Tuntum e em 2017 foi removido para a comarca de Brejo onde até então vinha atuando.

"Com certeza teremos muita demanda processual e esperamos prestar um bom serviço para a sociedade, mantendo um padrão, tentando sempre melhorar e diminuir a morosidade judiciária", conclui Edmilson. A remoção, pelo critério de merecimento, na entrância intermediária, foi aprovada na Sessão Plenária Administrativa do dia 21 de agosto do corrente ano.

AMMA integra ato público contra o PL do abuso de autoridade

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) integrou ato público na sede das promotorias de Justiça de São Luís, contra a aprovação do Projeto de Lei (PL) 7596/2017, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade praticado por agentes públicos. O protesto foi promovido pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas-MA) e contou com o apoio das associações e da sociedade civil organizada. O ato reuniu representantes do Judiciário, do Ministério Público, das Polícias e de várias outras carreiras. A AMMA esteve representada pelo presidente Angelo Santos; por Hólide Barros, 2º vice-presidente; Marco Adriano Fonseca, 3º vice-presidente; e Arianna Saraiva, secretária geral adjunta.

Durante o ato, o presidente Angelo Santos condenou a tentativa de criminalizar o exercício de funções essenciais da Magistratura, do MP e das polícias. “O PL vai na contramão dos anseios da população, que tem tanto clamado pelo combate à criminalidade e corrupção, por isso, não podemos deixar de manifestar repúdio, veemente, contra o projeto”.

De acordo com o juiz, o que não foi debatido, amadurecido e levado à sociedade, para que pudesse participar da forma adequada do processo, e insinuar que não existe fiscalização e punição de abusos, é inaceitável.

“Continuaremos lutando contra o PL, manifestando contrariedade e acreditando no veto presidencial e que ele seja confirmado no Congresso Nacional”, afirmou Angelo Santos.

MANIFESTAÇÕES

O presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão (AMPEM), Tarcísio Bonfim, explicou que o objetivo da manifestação foi chamar atenção da sociedade, para que reflita sobre a gravidade do PL, uma vez que a sua tramitação, em caráter de urgência, não permitiu a discussão adequada.

De acordo com Tarcísio Bonfim, a sociedade precisa refletir se quer continuar com instituições independentes, fortes, compromissadas e com segurança para trabalhar em seu favor. “Em prol de uma segurança melhor, do combate à corrupção, do combate à violência e do combate à criminalidade e, por isso, queremos que a sociedade reflita e se manifeste”, alertou Tarcísio sobre a gravidade da tentativa de impedir atuação do MP.

Por sua vez, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, contou que o texto aprovado traz tipos penais com expressões excessivamente vagas, genéricas, imprecisas, subjetivas, com conceitos jurídicos indeterminados, para abrirem procedimentos temerários e investigações contra os agentes públicos que combatem a corrupção. “Temos que lutar contra essa injustiça, contra a intimidação, pois criminalizar a conduta de quem investiga e pune a corrupção não é a solução. O PL representa uma temeridade a todos nós”.

O presidente o Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão (Sinpol), Elton Jonh Neves, deixou claro que existem meios de fiscalizar possíveis abusos. “Estamos vivenciando uma verdadeira inversão de valores. É inadmissível que se queira responsabilizar todos aqueles que combatem a criminalidade pelas ferramentas que usamos para combater o crime”.

PRESENÇAS

Também estiveram presentes; o subsecretário de Segurança Pública, Saulo Everton; o delegado geral adjunto, Mário Henrique Teixeira; o diretor das Promotorias da Capital, Paulo Avelar; o representante da Federação Nacional dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, Trinta Júnior; o Sindicato dos Servidores da Polícia Federal do Maranhão, José Ribamar Freire.

Lei de Abuso de Autoridade mobiliza juízes, promotores e policiais por veto, mas há vozes que a defendem

O protesto contra a Lei do Abuso em frente à sede das Promotorias e Luiz Gonzaga Coelho, José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Ângelo Santos defendem veto

O Maranhão entrou ontem para valer no movimento nacional que reúne magistrados, procuradores, promotores de Justiça e delegados de Polícia contra o PL nº 7.596/2017, conhecido como Lei de Abuso de Autoridade, aprovada há duas semanas pelo Congresso Nacional e que prevê pena de prisão para juiz, promotor, procurador e policial que praticar abuso no exercício das suas funções. Mobilizados por uma Frente, integrantes dessas categorias se reuniram em frente à sede das Promotorias da Capital para protestar contra o projeto e pedir que ele seja votado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL). O PL, que atualiza Lei de 1965, está causando forte polêmica e uma campanha a favor do veto total ou parcialmente. Seus apoiadores - que são muitos, a começar por boa parte da classe política e membros do Poder Judiciário como o ministro Gilmar Mendes, do Supremo -, justificam as medidas argumentando que os abusos que vêm sendo cometidos no País por estas autoridades precisam ser contidos. Seus críticos rebatem com o argumento de que se não for vetada ou rediscutida, a nova Lei vai inibir a atuação do juiz, do promotor e do policial, que passarão a temer consequências de suas ações e decisões, o que enfraquecerá o combate ao crime à corrupção no Brasil. Há quem avalie que os dois lados têm razão.

Alinhado aos críticos do PL, o presidente do Poder Judiciário, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos tem posicionamento radicalmente diferente. Para ele, o Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional "é uma tentativa de intimidar os agentes públicos que hoje encontram-se atuando em plena consonância com os anseios da sociedade". O chefe do Poder Judiciário não aceita que o PL tenha sido "aprovado de forma açodada na Câmara Federal". E faz uma afirmação contundente a favor do veto, apontando que o texto "tem várias distorções e enfraquece as autoridades dedicadas ao combate à corrupção com vários tipos penais abertos, subjetivos, de difícil compreensão. No seu entendimento de magistrado com décadas e décadas de batente, o PL nº 7.596/2017 vai complicar a ação das instituições "criando insegurança jurídica e criminalizando funções essenciais da magistratura".

Chefe do Ministério Público Estadual, uma das instituições mais duramente afetadas pela Lei do Abuso de Autoridade, o procurador Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, em artigo intitulado "Não há autoridade maior do que a lei! Veta, Presidente", escreveu que a Lei "expõe a riscos ao Estado Democrático de Direito, ante a evidente inconstitucionalidade de alguns de seus pontos, tornando vulnerável a possibilidade de se dar continuidade ao combate à corrupção e aos crimes graves envolvendo investigados com poder econômico ou político". Ele prevê "perseguições aos que trabalham permanentemente pelo combate ao crime e pela responsabilização dos criminosos, em defesa da segurança pública, da probidade administrativa e do dinheiro público". Na mesma linha, o presidente da Associação dos Magistrados, Angelo Santos avalia que "o texto permite a criminalização de funções essenciais da magistratura, do Ministério Pública e das polícias". Para ele, o projeto deve ser vetado pelo presidente da República, "para que haja uma nova discussão sobre o tema, que é de interesse de todos".

No Maranhão, de um modo geral os políticos apoiam a Lei de Abuso de Autoridade. Nenhum deputado estadual - nem mesmo o único representante do PSL, Pará Maranhão, filho do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos - deputado federal ou vereador levantou a voz contra o PL

aprovado pelo Congresso Nacional. Os que se manifestaram, como o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), disseram respeitar a decisão do Congresso Nacional, argumentando que as autoridades que lidam com recursos públicos, investigam, denunciam e julgam precisam ser submetidas a controle rígidos, para que não cometam abusos. "Acho que toda autoridade, seja ela do Poder Judiciário, Legislativo ou Executivo, ou de outros órgãos autônomos, tem de estar submetida a limites. Tenho certeza que os membros do nosso Congresso Nacional, quando decidiram aprovar a Lei de Abuso de Autoridade, não foi com o objetivo de limitar a atuação, principalmente, dos órgãos de controle", disse o presidente do Poder Legislativo.

O braço maranhense da OAB não se envolve diretamente no debate, mas ninguém duvida que os segmentos da advocacia aprovam, pelo menos em grande parte, a Lei de Abuso de Autoridade, já que vários itens sob ameaça de veto dizem respeito à atuação de advogados, entre eles o mantém reservadas as conversas entre advogados e seus clientes.

Em meio ao grande debate, as atenções se voltam para o Palácio do Planalto, onde, orientado pelo ex-juiz e atual ministro da Justiça Sérgio Moro, cuja atuação polêmica e abusiva na Operação Lava-Jato motivou as novas regras.

Núcleo do TJMA busca reduzir judicialização de demandas do DPVAT

De acordo com o Nupemec, as medidas a serem implementadas darão mais celeridade ao recebimento de pedidos de pagamento do seguro e agilidade do procedimento para a seguradora e vítimas (Nupemec), SÃO LUÍS - O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensual de Solução de Conflitos (Nupemec), do Tribunal de Justiça do Maranhão, juiz Alexandre Abreu, reuniu-se com representantes da Seguradora Líder para discutir formas de a empresa ampliar os canais que permitam às vítimas de acidentes de trânsito maior acesso ao seguro DPVAT. As medidas a serem implementadas darão mais celeridade ao recebimento de pedidos de pagamento do seguro e agilidade do procedimento para a seguradora e vítimas, além de reduzir a judicialização das demandas que podem ser resolvidas na esfera administrativa.

A reunião, realizada na quarta-feira (21), na sala de audiências da 15ª Vara Cível de São Luís, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), foi solicitada pelo Núcleo. O juiz Alexandre Abreu explicou que a iniciativa decorre da necessidade de se abrir mais canais de acesso para o cidadão ao DPVAT. As unidades de saúde que atendem as vítimas de acidentes de trânsito devem oferecer a essas pessoas as orientações e documentações necessárias para o recebimento do seguro; e a seguradora também acolher esse material e ampliar os canais para recebimento dos pedidos de pagamento.

Judicialização

A ouvidora da Seguradora Líder, Gisele Garuzzi, disse que a empresa procura, via diálogo, ampliar meios e formas de reduzir a judicialização dos pedidos de indenização do DPVAT, resolvendo administrativamente as demandas. Durante a reunião com o magistrado ela apresentou as medidas que estão sendo adotadas para dar ao cidadão maior conhecimento sobre o seguro e como podem dar entrada nos pedidos de pagamento junto à seguradora, sem intermediários.

Segundo Gisele Garuzzi, a empresa vem ampliando os pontos de atendimento ao cidadão. Há oito mil pontos, a maioria nos Correios, nas capitais e cidades do interior. Em 2018, foi lançado, ainda, um aplicativo que soma já mais de 100 mil downloads e permite que a solicitação do DPVAT seja feita diretamente à seguradora.

A ouvidora ressaltou que hoje há mais de 70 leis, entre legislação federal, estadual e municipal, que obrigam a divulgação do DPVAT em hospitais, delegacias de polícia, funerárias, transportes públicos, dentre outros espaços. Em São Luís, por exemplo, existe a Lei nº 4.581/2006, que dispõe sobre afixação de orientação sobre esse seguro em unidades de serviços de saúde públicos ou privados e funerárias do município.

Números do DPVAT

De janeiro a junho de 2019, o Maranhão contabilizou, nas três coberturas do Seguro DPVAT, 6.797 indenizações pagas, um aumento de 0,56% em relação ao mesmo período do ano passado. Em todo o ano de 2018 no estado, 12.772 pessoas receberam o seguro nas três coberturas, sendo 76% do sexo masculino.

No Brasil foram mais de 328 mil indenizações pagas no ano passado e no primeiro semestre de 2019 já somam mais de 155 mil. O seguro é destinado a pessoas transportadas ou não, na condição de motoristas, passageiros e pedestres. É direcionado às coberturas por morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas.

Os números foram apresentados durante a reunião no Fórum de São Luís. A ouvidora falou também sobre a arrecadação do DPVAT e a distribuição desses recursos. Segundo ela, 45% vão para o Fundo Nacional de Saúde (FNS); 5% para o Denatran; e 50% para o pagamento de indenizações e reservas. Atualmente há 73 seguradoras participantes do Consórcio DPVAT no Brasil.

Pela seguradora, participaram da reunião também Paulo Leite, Álvaro Fernandes e Aline Anhezini; pela Secretaria Estadual de Saúde estiveram presentes Mayrlan Avelar, Karen Anne Reis e Lídia Cunha; além das secretárias do NUPEMEC e do 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos, Ana Larissa Serra e Bruna Diniz

Veto e corrupção

É consenso que a corrupção é o grande mal do Brasil. Segundo dados da ONU, são desviados 200 bilhões de reais de dinheiro público por ano, uma verdadeira afronta em um país com índices alarmantes de pobreza e de exclusão. O dinheiro do povo sai literalmente pelo ralo pelos dilapidadores das verbas públicas.

Apesar de todo o esforço da Lava Jato, ainda há muito a ser investigado, denunciado e julgado. É que os denunciados na operação até o momento são acusados de terem desviado cerca de 10 bilhões de reais, o que representa 5% (cinco por cento) da corrupção anual brasileira, conforme estudo da Organização das Nações Unidas.

Não por outra razão, ouvimos falar em estancar a sangria da operação, dando a impressão de ser impossível a continuidade das investigações. Alguns defendem que se deve varrer a sujeira para baixo do tapete e começar tudo novamente. Por incrível e ridículo que possa parecer, ouvem-se vozes defendendo “quem roubou, roubou, daqui para frente não rouba mais.”

Na Itália, durante a operação Mãos Limpas, houve a adoção de medidas semelhantes às tomadas recentemente no Brasil. Entre elas, a criminalização da atividade cotidiana das autoridades responsáveis pela apuração e julgamento dos crimes de corrupção. A tentativa é punir o juiz por julgar, o promotor por denunciar e a polícia por executar a prisão e investigar. Um verdadeiro contrassenso em um país onde a impunidade de crimes graves campeia.

Antonio Di Prieto, magistrado italiano responsável pela operação, foi acionado judicial e administrativamente de tal sorte que não teve paz para continuar as investigações. Infelizmente, hoje a Itália convive com índices de corrupção parecidos com os da época anterior à operação Mãos Limpas.

Entre nós, no recente projeto do abuso de autoridade aprovado pelo Congresso Nacional ainda persiste o crime de interpretação, ao punir criminalmente o juiz que decretar a prisão de alguém se o Tribunal a revogar. Também cometerá crime se não mandar soltar o preso imediatamente e assim for reconhecido pelo Tribunal em grau de recurso.

A prevalecer esse entendimento, todas as vezes que o Tribunal conceder Habeas Corpus a algum preso, o juiz estará cometendo crime. É uma inversão das posições dos protagonistas de um processo. O juiz passa a ser réu, e este passa a ser o acusador. Caso não haja veto do artigo nono do referido projeto de lei, será exigir muito do magistrado a autorização de qualquer operação, em um enorme favorecimento aos criminosos.

Essa possibilidade é concreta porque se o Ministério Público não se manifestar no prazo legal, o réu poderá exercer o direito de propor a ação penal. Isso gerará uma disfunção dentro do processo penal porque entrega os atos da magistratura à análise do Ministério Público.

Não se sustenta a alegação de que o Judiciário é quem julgará seus membros nos casos de abuso de autoridade. Essa afirmação teria valor em caso do crime ser de abuso, não de interpretação. Tirar a paz do juiz criminal não se justifica em um Estado que se quer afirmar de Direito.

Da mesma maneira, é preocupante transformar a atividade policial de algemar um preso em crime. A análise dessa situação é instantânea, no calor dos acontecimentos, não sendo plausível que se queira punir o policial por uma situação igual a essa, totalmente diferente de torturar alguém para obter uma confissão judicial.

Apurar, denunciar e julgar crimes, em especial de corrupção, são atividades cotidianas de delegados, promotores e juízes e não podem e nem devem ser criminalizadas. O veto é uma necessidade para quem deseja evitar tanta impunidade.

Rádio Web e assessoria de imprensa do Judiciário em novas instalações

por Aquiles Emir - 24 de agosto de 201905

O presidente do TJMA destacou a importância da Assessoria de Comunicação para a transparência no Judiciário (Foto Ribamar Pinheiro)

O Tribunal de Justiça do Maranhão criou uma nova estrutura para sua assessoria de comunicação com a inauguração das novas instalações da Assessoria de Comunicação e da Rádio Web Justiça do Maranhão. A emissora digital é o órgão oficial de comunicação do Poder Judiciário estadual.

Na oportunidade, o presidente do TJ, Joaquim Figueiredo, parabenizou os jornalistas, radialistas, designers e demais profissionais lotados na Assessoria de Comunicação pelo relevante trabalho que vem sendo desenvolvido junto à sociedade e no âmbito do Poder Judiciário Estadual.

José Joaquim destacou a importância da Assessoria de Comunicação para a transparência na Justiça Estadual e na interlocução com a imprensa e com a sociedade.

Os profissionais da Assessoria de Comunicação agradeceram ao desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos pelo investimento que vem sendo feito na área de comunicação na atual gestão e pelas modernas instalações que dão plenas condições para que a equipe possa exercer com dignidade e eficiência suas atividades.

A Assessoria de Comunicação está instalada no segundo andar do Palácio Clóvis Beviláqua, onde funciona também a Rádio Web Justiça do Maranhão, que alcança hoje mais de 110 países, com uma programação eclética e diversificada.

A Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça é integrada por Antonio Carlos de Oliveira (assessor-chefe), Paulo Lafene, Eduardo Sales, Orquídea Santos, Thaíze Sousa, Danielle Limeira, Andréa Colins, Roberta Gomes, Ilka Soares, Amanda Campos, Ribamar Pinheiro, Tiago Erre, Jônatas Soares e Mário Cavalcante.

Endividados podem quitar débitos em Balcão do Tribunal de Justiça a partir desta segunda-feira

por Aquiles Emir - 24 de agosto de 2019 012

Compartilhar no Facebook Tweet no Twitter

O Tribunal de Justiça do Maranhão promove, a partir desta segunda-feira (26), a VII edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, em São Luís, que se estende até o dia 30 de agosto, no Shopping Rio Anil, no bairro do Turu. Os atendimentos começam às 10h30, no subsolo deste centro comercial.

A iniciativa, idealizada pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA (Nupemec), visa a possibilitar o encontro de consumidores em situação de inadimplência com instituições credoras (bancos, empresas, órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos, instituições de ensino particular, entre outras).

O presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida, explica que a ideia é estimular o diálogo entre os cidadãos e as instituições, o acordo na negociação de dívidas e a solução de conflitos por meio da conciliação, com vistas à pacificação social.

“A Justiça maranhense mantém o compromisso assumido com a sociedade de priorizar os investimentos nos projetos e meios consensuais de solução de conflitos, com vistas a contribuirmos para instaurar a paz social”, pontuou o desembargador.

Resultado de imagem para juiz alexandre abreu

O Balcão integra o projeto ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, desenvolvido pelo Núcleo de Conciliação. O coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu (foto), ressalta que o projeto responde aos anseios da própria sociedade, que tem buscado respostas mais rápidas e efetivas aos conflitos, por meio da conciliação.

“O Balcão é uma oportunidade diferenciada em que empresas e instituições se reúnem para facilitar a negociação de dívidas junto aos cidadãos, por meio de melhores ofertas de pagamento. Sentar, conversar e negociar é um ganho social imensurável para todos os envolvidos”, frisou o magistrado.

Dados – De acordo com dados oficiais divulgados pelo Numepec, as dez edições anteriores do Balcão – realizadas em São Luís (6) e nas comarcas de Imperatriz, Santa Inês, São José de Ribamar e Timon – já registraram a marca de 25 mil atendimentos, 47 milhões (débitos originais) que resultaram em R\$ 29 milhões em débitos renegociados, com uma média de descontos de 37,5%.

Além da renegociação de dívidas, outros serviços serão oferecidos, incluindo atendimento de solicitações

(alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros.

Também haverá orientação e conscientização de direitos, distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos que orientem o consumidor.

Parceiros - Participam desta edição as seguintes instituições: Banco Bradesco, Cemar, Caema, Caixa Econômica, Oi, Lojas Gabryella, Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Facam e Ceape.

Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida adquirida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos etc.).

Cadastro - O consumidor poderá, ainda, cadastrar reclamações, propor acordos ou solicitar o agendamento de audiências com empresas que não estiverem participando do Balcão. Para isso, bastará o interessado fazer seu cadastro - com apoio de equipe da Conciliação - na plataforma eletrônica "consumidor.gov.br" - serviço público que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de conflitos de consumo pela internet, disponibilizado pelo Ministério da Justiça.

A ideia é fomentar o Programa de Estímulo ao Uso dos Mecanismos Virtuais para Solução de Conflitos, que integra a Política Nacional de Tratamento Adequado de Solução de Conflitos, instituída pelo CNJ por meio da Resolução nº 125/2010 que, através da Emenda nº 2, de março de 2016, incluiu orientações ao uso de mecanismos alternativos de solução de controvérsias antes da judicialização, seguindo também, a nova sistemática do Código de Processo Civil (CPC).

Informações - Para mais informações, entrar em contato com o Telejudiciário - 0800 707 1581/ (98) 3194.5555; (98) 3198.4558 (Coordenação do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA).

Membros do MPMA participam de ato público contra o PL de Abuso de Autoridade

O procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, participou na manhã desta sexta-feira, 23, na sede das Promotorias de Justiça da Capital, de um ato público em protesto contra a aprovação do projeto de lei de Abuso de Autoridade (PL nº 7.596/2017), organizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público no Maranhão (Frentas/MA).

A manifestação reuniu membros do MPMA, do Poder Judiciário, das Polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal do Maranhão e de entidades comunitárias.

Portando faixas e cartazes, os manifestantes defenderam o veto pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, do projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no último dia 14 de agosto.

O presidente da Associação do Ministério Público no Maranhão (Ampem), Tarcísio de Sousa Bonfim, declarou que o objetivo do ato foi chamar a sociedade a refletir sobre os prejuízos para a atuação das instituições que combatem a criminalidade. “Nenhuma destas instituições é a favor de qualquer tipo de abuso, ao contrário. O trabalho do Ministério Público visa é combater tais posturas. Mas da maneira como foi trabalhado, o PL 7.596 pode ocasionar insegurança jurídica e a punição dos agentes do Estado responsáveis por combater a corrupção, a criminalidade e a violência”, destacou.

Para Luiz Gonzaga Martins Coelho, que também defendeu o veto ao PL, o projeto representa grandes riscos para o livre exercício do Ministério Público, Judiciário, polícias e órgãos de controle. “O projeto traz tipos penais extremamente vagos, imprecisos e subjetivos, que podem abrir margem para investigações temerárias contra esses agentes políticos. Por isso, queremos conclamar a sociedade para esta reflexão”.

O procurador-geral de justiça acrescentou que é a favor do controle das instituições. “O Ministério Público e os demais integrantes do sistema de justiça não estão acima da lei. Mas não podemos admitir uma proposta que quer intimidar as instituições e enfraquecer o combate à corrupção e à impunidade no país”, ponderou.

AUTORIDADES

PRESENTES

Entre os membros da administração superior do Ministério Público do Maranhão, estiveram presentes no ato público os procuradores de justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau (corregedor-geral do MPMA), Mariléa Campos dos Santos Costa (subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos), Carlos Avelar Silva (que representou o Colégio de Procuradores). A procuradora de justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho também participou do ato. O diretor das Promotorias de Justiça da Capital, Paulo Avelar, representou os promotores de justiça do MPMA.

Também se manifestaram para protestar contra o PL nº 7.596/2017 o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Ângelo Alencar dos Santos; o secretário-adjunto de Segurança Pública, Saulo Everton; o presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Maranhão, Carlos Eduardo Evangelista; o presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Maranhão, Elton John Neves; o presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Maranhão, Inspetor Wolff; e o representante do Sindicato dos Policiais Federais do Maranhão, José Ribamar Freire;

Em nome da sociedade civil, se manifestou a presidente da Federação das Uniões de Moradores do Estado do Maranhão, Aldecy Ribeiro. (José Luís Diniz / CCOM-MPMA)